

Ana Paula Vescovi

É secretária de Estado da Fazenda

/// Tivéssemos acreditado que havia “bilhão em Caixa” – o que em vez de poupança do Tesouro era recurso carimbado, vinculado a outros órgãos, a fundos e operações de crédito não executadas –, teríamos levado o Espírito Santo à inadimplência. O ajuste tem sido desafiador

A caminho do equilíbrio das contas do Estado

A situação das finanças estaduais é dramática, e alguns Estados vêm adotando medidas extremas: atraso no pagamento de fornecedores e da folha de salários; saques de depósitos judiciais para cobrir despesas correntes; e até o uso do fundo de previdência dos servidores. Em meio à crise, o Espírito Santo vem percorrendo o seu caminho. Aqui se percebeu cedo que as despesas correntes vinham crescendo aceleradamente, muito acima das receitas próprias, e que as rendas petrolíferas passaram a ser usadas em custeio.

Foi alertado que o desequilíbrio no Caixa do Tesouro esgotaria a poupança livre – construída ao longo de 10 anos – e a capacidade de investir com recursos próprios. Isso geraria um círculo vicioso de dependência de novos financiamentos e levaria à desorganização das contas públicas, já aceleradamente em curso.

Estabeleceu-se, então, uma das plataformas do debate eleitoral. A sociedade fez a sua escolha e legitimou a mudança de governo. Assim, iniciamos a nova gestão com um diagnóstico preciso, embora a apuração de despesas não contabilizadas (R\$ 300 milhões) tivesse exigido o recálculo do déficit e



das disponibilidades de caixa.

O ajuste das contas estaduais foi instalado no primeiro dia de governo. Decretos estabeleceram metas para redução de gastos discricionários – custeio, despesas com servidores comissionados e designações temporárias – e suspensão de despesas não essenciais. As obras em curso, grande parte paralisada desde 2014, foram submetidas ao escrutínio do planejamento estratégico.

O Projeto de Lei Orçamentária para 2015 foi revisto, a partir da reestimativa

das receitas, a qual foi reduzida em R\$ 1,35 bilhão, sendo R\$ 800 milhões de recursos próprios. O planejamento estratégico estabeleceu prioridades com a mensagem de que somente nos comprometíamos a fazer aquilo que fosse possível entregar, considerando-se as novas contingências.

Na área da receita tributária, reorganizamos a gestão para acelerar o julgamento de recursos; abrimos programa para recuperação de débitos; firmamos parcerias para troca de informações, mitigação da sonegação e adoção de tecnologias visando o monitoramento de contribuintes. Iniciamos a revisão de regimes diferenciados, como a substituição tributária. Fizemos a opção de não aumentar impostos, a fim de não transferir para a sociedade os custos dos desajustes do passado recente.

Essas medidas mostram seus resultados. Embora em queda real de 10%, as receitas estaduais cobriram os compromissos do Tesouro nesse primeiro semestre, num total de R\$ 5 bilhões. Os salários foram pagos em dia, os fornecedores voltaram a receber de modo organizado, e as dívidas deixadas de anos anteriores (despesas sem empenho) foram pagas. E, ainda, foi possível obter pequeno superávit de R\$ 69 milhões, o qual ajudará a transpor o segundo semestre, sempre mais pesado nas despesas.

O ajuste tem sido desafiador. O Estado foi notificado pelo Tribunal de Contas com alerta nas despesas de pessoal, fato inédito desde que instalada a Lei de

Responsabilidade Fiscal. O limite foi ultrapassado em dois períodos de 2014: maio a agosto; setembro a dezembro.

Tivéssemos acreditado que havia “bilhão em Caixa” – o que em vez de poupança do Tesouro era recurso carimbado, vinculado a outros órgãos, a fundos e operações de crédito não executadas –, teríamos levado o Espírito Santo à inadimplência. Em 2014, fornecedores da saúde e prestadores de serviços amargaram meses de atrasos por falta de recursos livres no Caixa.

Os resultados colhidos até agora comprovam a correção do diagnóstico e sustentam a direção escolhida para recolocar o Espírito Santo na rota do equilíbrio. Pudemos honrar todos os que nos apoiaram no ajuste: os demais Poderes e instituições que aceitaram rever seus orçamentos; a Assembleia que aprovou o orçamento revisado; e os dirigentes do governo.

Demos um passo na conquista da confiança dos capixabas, que nos delegaram a volta da gestão responsável, meritocrática, organizada e comprometida com o futuro. Provamos que nenhuma crise, por mais grave que seja, deve ser impedimento para contas públicas organizadas. E que o equilíbrio do Estado é condição fundamental para sustentar as políticas públicas que beneficiam justamente os mais pobres.

Temos a certeza de que, se sairmos organizados dessa grave crise, contribuiremos para a recuperação da confiança e da prosperidade. Esse é o desafio maior que temos para cumprir!